DIÁRIO de bordo



A ONU e o cooperativismo

ROBERTO RODRIGUES

O secretário-geral das Nações Unidas preparou, após considerações recebidas do *Committee for the Promotion and Advancement of Cooperatives* – Copac –, em colaboração com a Aliança Cooperativa Internacional – ACI –, uma extensa mensagem dirigida a todos os governos dos países filiados à ONU, recomendando que apóiem as cooperativas e o movimento cooperativista.

É a primeira vez na história que isso acontece, e a proposta do secretário deverá ser analisada na próxima plenária da organização, a partir de setembro. No rastro da recomendação, a Comissão da Comunidade Européia também prepara um documento semelhante, "Página branca" (uma referência à paz) em apoio ao cooperativismo europeu.

As novas cooperativas da chamada Segunda Onda são um braço econômico da organização social, parceiras adequadas para governos democráticos sérios com objetivos semelhantes: geração de emprego, distribuição da renda, defesa do meio ambiente, segurança alimentar entre outros.

Enquanto tais documentos são preparados, as cooperativas vivem uma etapa de grandes dificuldades – problemas internos dos diferentes países, efeitos da globalização econômica e liberalização comercial a exigir eficiência e competitividade a todo custo. Cada qual a seu modo, tratam de reagir.

Na Holanda, cooperativas de leite extremamente profissionalizadas vivem um processo de concentração – fusões e incorporações – semelhante ao vivido pela Dinamarca, embora menos veloz.

Na Dinamarca hoje existe apenas uma gigantesca central de cooperativas de leite, resultante da fusão recente de duas grandes centrais, fortemente contestada pela concorrência e até pelo governo como elemento monopolista.

A Holanda, com cautela, vai na mesma direção, assim como outros países europeus, americanos e asiáticos. Seguem o movimento das grandes empresas privadas, sobretudo transnacionais, e se organizam.

Uma delas é o foco da atividade. Uma cooperativa de produtores de leite que produz derivados de leite (queijos, leite em pó, manteiga) só faz isso: só tem a fábrica, nada mais. E naturalmente tem a função comercial de achar mercado para seus produtos, estejam onde estiverem.

Mas se os associados precisarem comprar insumos, rações, produtos veterinários ou equipamentos, devem fazê-lo em outra cooperativa, que tem foco nessas atividades.

E se demandarem assistência veterinária – transferência de embriões, inseminação artificial – irão a outra cooperativa ou a empresas privadas especializadas. O desenvolvimento tecnológico – pesquisas sobre alimentação ou melhoramento genético – será efetivado por empresas privadas, inclusive cooperativas, em parcerias com o governo.

Cada produtor, com suas 40 a 60 vacas na média, com elevada produtividade por hectare de pasto, tem seu equipamento de resfriamento de leite, buscado a cada três dias por empresa de transporte especializada, contratada pela cooperativa. É a terceirização.

O profissionalismo é impressionante. As regras de controle ambiental impostas pelo governo são muito rígidas e abrangentes. Nas regiões de hortifrutigranjeiros por exemplo já é muito difícil construir novas estufas; é preciso preservar o verde. Certos gansos migratórios que vêm do Norte e destroem plantações inteiras não podem ser atacados. Os agricultores atingidos são indenizados pelo governo por seus prejuízos. O mesmo com relação a outras aves, como cisnes, ou com raposas e lebres.

Mas a concentração está levando a questionar sobre o distanciamento crescente entre a base e a liderança dessas gigantescas cooperativas. O cooperado que produz leite tem algum controle sobre os mecanismos de exportação criados pela cooperativa? Suas cotas – que custam caro e são muito estritas – têm a ver com a propaganda do queijo?

A questão é relevante, porque implica uma discussão muito mais profunda. Até que ponto cooperativas imensas são *sentidas* pelos cooperados como sua propriedade? Até que ponto não se sentem eles manipulados pelas empresas e por seus dirigentes? Têm liberdade ou não?

É verdade que o assunto transcende o cooperativismo: na Holanda o voto não é obrigatório e, dependendo das eleições – nacionais ou regionais – a abstenção é de até mais de 50%. De certa forma, isto também não é falta de compromisso? Não estamos dentro de um quadro em que as instituições públicas ou privadas estão longe da base, do seu povo? São perguntas feitas pelos próprios holandeses.

Se isso está ocorrendo – e está – falta algo essencial: comunicação. Se não existir comunicação entre o comando da cooperativa e sua base, com transparência absoluta e informações permanentes, perde-se o sentido de propriedade, desaparece o compromisso mútuo e a unidade se fragmenta. A comunicação eficiente é o *pescoço* da cooperativa, responsável pela manutenção da cabeça (a direção) sobre o corpo (os associados). Sem comunicação, a cooperativa está decapitada.

Sem comunicação, como um governo pode motivar seu povo a participar? É difícil, especialmente numa época em que a concentração econômica em todos os setores implica o crescimento da exclusão. As pessoas se sentem excluídas e com isso a participação passa a ser uma abstração. Mas no caso das cooperativas, a participação é o calcanhar-de-aquiles.

Por tudo isso, independentemente da eficiência das cooperativas holandesas, o documento da ONU tem um papel de realce neste momento.